



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA
GRANDE CENTRO DE CIÊNCIAS E
TECNOLOGIA AGROALIMENTAR
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SISTEMAS
AGROINDUSTRIAIS**

LINDARLEYDE MARIA PIRES LIRA DE VASCONCELOS

**GESTÃO NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA:
ESCOLA AGROTÉCNICA FEDERAL DE SOUSA**

**POMBAL – PB
2021**

LINDARLEYDE MARIA PIRES LIRA DE VASCONCELOS

**GESTÃO NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA:
ESCOLA AGROTÉCNICA FEDERAL DE SOUSA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Sistemas Agroindustriais da Universidade Federal de Campina Grande, como parte das exigências legais para obtenção do título de mestre.

Orientador: Prof.^a Dr. Antonio Fernandes Filho

V331g Vasconcelos, Lindarleyde Maria Pires Lira de.
Gestão na educação profissional e tecnológica: Escola
Agrotécnica Federal de Sousa / Lindarleyde Maria Pires Lira de
Vasconcelos. – Pombal, 2021.
50 f. : il. color.

Dissertação (Mestrado em Sistemas Agroindustriais) –
Universidade Federal de Campina Grande, Centro de Ciências e
Tecnologia Agroalimentar, 2021.

“Orientação: Prof. Dr. Antonio Fernandes Filho”.

Referências.

1. Gestão escolar. 2. Ensino profissionalizante. 3.
Desenvolvimento socioeconômico regional. I. Fernandes Filho,
Antonio. II. Título.

CDU 371.11(043)

Aprovada em: 05/02/2021.

COMISSÃO EXAMINADORA



Prof. Dr. ANTONIO FERNANDES FILHO

Orientador/ PPGSA/ UFCG

Prof. Dra. ANÚBES PEREIRA DE CASTRO

Examinadora Interna/PPGSA/UFCG

Prof. Dra. AISSA ROMINA DO NASCIMENTO SILVA

Examinadora Externa/CFP/UFCG

POMBAL – PB
2021

DEDICATÓRIA

“Se você vier, pro que der e vier comigo, eu te prometo só... Se você vier”... E fomos e vivemos o mais lindo e leve amor. Dedico este trabalho ao meu amor, que não teve a alegria de partilhar comigo sua finalização. Mas foi o grande incentivador do mestrado. A você, Wellington Feitosa de Vasconcelos (*In memoriam*). Eis aí a minha, a nossa conquista.

Dedico, aos meus filhos Raira Maria Pires de Vasconcelos e Breno Pires de Vasconcelos. Por eles e para eles, enfrentei com coragem e fé em Deus, todo o caminho para conseguir realizar o sonho de ser **MESTRA na UFCG**.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, que fortaleceu minha Fé, na realização do meu sonho;

Agradeço ao amigo, Professor e Orientador, Professor Doutor Antonio Fernandes Filho. Ao seu lado e com seus ensinamentos, consegui ser MESTRA, na Universidade Federal de Campina Grande – UFCG. Para sempre: gratidão e amor!

Agradeço às minhas amigas e Professoras, Dra. Anúbes Pereira de Castro, Dra. Aissa Romina do Nascimento Silva, e Professora Dra. Débia Suênia da Silva Sousa. Gratidão!

RESUMO

VASCONCELOS, Lindarleyde Maria . 2021. 50 f. **Dissertação** (Mestrado). Programa de Pós Graduação em Sistemas Agroindustriais, Universidade Federal de Campina Grande-UFCG, Cajazeiras-PB, 2021.

A história tem sempre algo a revelar e com o ensino técnico tecnológico não poderia ser diferente. A Escola Agrotécnica Federal de Sousa passou por inúmeros desafios, que trouxeram crescimento e desenvolvimento para uma região, assim, este estudo se propôs a contar essa trajetória utilizando fontes de investigação, a exemplo do livro: O tempo esquadrinhado de autoria de Francisco Cicupira de Andrade Filho, lançado em 2017 pela edição do autor em Sousa-Paraíba, e através de relatos de pessoas indiretamente envolvidas. O objetivo foi analisar as práticas que levaram a Escola Agrotécnica Federal de Sousa ao desenvolvimento socioeconômico da região. Utilizou-se como metodologia a investigação bibliográfica e os resultados foram dispostos através de nuvem de ideias apresentadas em textos e entrevistas realizadas por um instrumento semi-estruturado. O resultado apontou duas categorias: Refletindo sobre a gestão escolar técnica; e Formação técnica. Estas ao serem analisadas apontam o reconhecimento social da importância da Escola no município e na vida das pessoas de maneira pessoal e profissional, dos desafios vividos, e do importante papel de uma gestão preparada e engajada.

Palavras-chave: Gestão – Participação social – Escola.

ABSTRACT

VASCONCELOS, Lindarleyde Maria. 2021. 51 f. Thesis (Master's degree). Graduate. Program in Agroindustrial Systems, Federal University of Campina Grande-UFCG, Cajazeiras-PB, 2021.

History always has something to reveal and with technical and technological education it could n't be different. The Agrotécnica School Sousa Federate underwent numerous challenges, which brought growth and development to a region, thus, this study set out to tell this trajectory using research sources, like the book: *The time scanned by Francisco Cicupira de Andrade Filho*, launched in 2017 by the author's edition in Sousa-Paraíba, and through reports from people indirectly involved. The objective was to analyze the practices that led the Agrotécnica School Sousa Federate to the socioeconomic development of the region. Bibliographic research was used as methodology and the results were displayed through a cloud of ideas presented in texts and interviews carried out by a semi-structured instrument. The result pointed out two categories: Reflecting on technical school management; and Technical training. These, when analyzed, point to the social recognition of the importance of School in the municipality and in people's lives in a personal and professional way, of the challenges experienced, and of the important role of a prepared and engaged management.

Keywords: Management - Social participation – School.

LISTA DE FIGURAS E TABELAS

Figura 1: Distribuição das instituições que fazem parte da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica no território brasileiro.....	22
Figura 2: Nuvem de palavras ilustrando temáticas frequentes na discussão	30
Quadro 1: Recorte dos cargos que compõe a gestão dos setores do IFPB Campus Sousa no ano de 2020.....	34
Tabela 1: Número de trabalhadores por setor na cidade de Sousa-PB em 2010.....	38

Sumário

1 INTRODUZINDO A TEMÁTICA	10
2 OBJETIVOS.....	13
2.1 GERAL	13
2.2 ESPECÍFICOS	13
3 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	14
3.1 CRIAÇÃO DO ENSINO PROFISSIONALIZANTE E AS TRANSFORMAÇÕES NO PERFIL	14
3.2 GESTÃO DEMOCRÁTICA E LEGISLAÇÃO	15
3.3 O DESAFIO DE APRESENTAR O TEMPO ESQUADRINHADO DE ANDRADE FILHO, 2017	23
4 MÉTODOS E TÉCNICAS DO ESTUDO	26
4.1 TIPO DE PESQUISA.....	26
4.2 LOCAL DA INVESTIGAÇÃO	27
4.3 POPULAÇÃO E AMOSTRAGEM DO ESTUDO.....	27
4.4 CRITÉRIOS DE INCLUSÃO E EXCLUSÃO	27
4.5 COLETA DE DADOS	28
4.6 INSTRUMENTOS E TÉCNICAS	28
4.7 PROCEDIMENTOS DE COLETA DE DADOS	28
4.8 PROCESSAMENTO E ANÁLISE DOS DADOS	29
5 ANÁLISE E DISCUSSÃO.....	30
5.1 REFLETINDO SOBRE A GESTÃO ESCOLAR TÉCNICA	30
5.2 FORMAÇÃO TÉCNICA.....	36
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	42
7 REFERÊNCIAS	44
APÊNDICES.....	49
APÊNDICE I.....	49
APÊNDICE II	50

1 INTRODUZINDO A TEMÁTICA

O presente projeto de pesquisa tem a perspectiva de identificar as estruturas, as práticas de gestão, o empenho governamental, o posicionamento social, sobretudo o desenvolvimento de uma região frente a implantação de uma nova realidade educacional com perspectiva de empregabilidade que oportuniza, favorece, desafia, e propõe ao longo de sua história. Assim, se propõe a apresentar a história da Escola agrotécnica do Município de Sousa no estado da Paraíba.

Nessa conjuntura de discussão traz outra possibilidade que é compreender o movimento político nacional que leva as escolas agrotécnicas federais à configuração distinta do que foi a princípio pensada enquanto estrutura funcional. Desafiador, mas possível, essa história é contada e analisada em uma perspectiva científica a partir de elementos da história de envolvimento com questões sociais, culturais, econômicas e geográficas do país.

O Campus Sousa do IFPB tem uma trajetória pautada em evolução, dinamismo e comprometimento, envolvidos na execução de seus serviços em todas as esferas e em qualquer grau.

Mas, a história tem muito a dizer sobre isso porque o que se tem hoje é uma estrutura funcional de extremo zelo, de doação daqueles que a fazem *in loco* e da população que a utiliza, sejam docentes, profissionais, discentes, familiares, a própria população do município de Sousa e municípios circunvizinhos que a admiram e usufruem do serviço prestado, assim, a história revela o início dessa construção física, ideológica, política profissional.

A Escola Agrotécnica de Sousa - PB, foi criada pela Portaria nº 552 de 04 de julho de 1955, baseado no Decreto - Lei nº 9.613, de 20 de agosto de 1946, com a denominação de Colégio de Economia Doméstica Rural de Sousa, autorizada a funcionar em 09 de agosto de 1955, tinha como objetivo formar professores para o magistério do Curso de Extensão de Economia Rural Doméstica.

O Estabelecimento passou a ministrar o curso Técnico em Economia Doméstica a nível de 2º grau, com o Decreto nº 52.666, de 11 de outubro de 1963. (DANTAS, 1995).

Sabe-se que múltiplos elementos compõem o que se compreende por gestão democrática: participação da comunidade interna e externa, mecanismos de escolha de

diretores, implantação e funcionamento de colegiados, descentralização das decisões e autonomia escolar (PARO, 2007).

O fato é que há muita história para se contar em fatos, fotos e textos, e essa ideia já foi abordada pelo Professor e gestor Francisco de Andrade Filho, em 2017 em um livro que traz toda essa trajetória até o ano de 2006, mas aqui se quer avançar no que concerne a cientificidade do que foi lindamente e historicamente revelado.

Nessa perspectiva a presente dissertação parte da seguinte hipótese investigativa: As práticas de gestão, assim como o movimento político nacional levaram as escolas agrotécnicas federais à outra configuração e crescimento.

Obviamente se desatarmos as amarras sociais do que determina o crescimento e desenvolvimento de um serviço prestado no contexto sócio-político, logicamente essa hipótese já teria resposta, entretanto se quer algo mais, quer seja, mostrar que o avançar teve muitas mãos, mãos estas que muitas vezes são conhecidas e outras que ainda não se fizeram conhecer, ou talvez nunca o sejam porque constroem e reconstroem sem estar no hall de reconhecimento, sem terem suas identidades muitas vezes reveladas.

Assim, para apresentar tal ideia surgiu como questão norteadora: Quais as práticas da gestão na Escola Agrotécnica Federal de Sousa e no CEFET que culminaram para o surgimento do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba no município sousense? Foram muitos desafios? Muitas inquietações? Vamos descobrir nas linhas dessa construção científica a partir do reconhecimento da obra aqui já citada e explorada ao longo desse trabalho.

Para tanto, partiu-se de justificativa de exequibilidade e relevância no que se refere ao acesso ao conteúdo proposto. Ressalta-se que a Escola Agrotécnica de Sousa, hoje IFPB Campus São Gonçalo, está inserida no semiárido paraibano, alto sertão do piranhas, região que sofre com grandes períodos de estiagem e pouco desenvolvimento industrial. Através da educação inicialmente no nível técnico e hoje também no superior, a Escola vem ao longo dos anos mudando realidades de muitas famílias sertanejas, uma vez que qualifica mão de obra e oferece ao mercado de trabalho, profissionais técnicos habilitados, gerando emprego, renda e subsistência.

Em relação à gestão, as antigas escolas agrotécnicas federais (EAFs) foram transformadas em autarquias pela Lei nº 8.73/93, concedendo maior autonomia administrativa e pedagógica, quando estabeleceu que:

“Art.1º As atuais Escolas Agrotécnicas Federais, mantidas pelo Ministério da Educação, passarão a se constituir em autarquias federais.

Parágrafo único. Além da autonomia que lhes é própria como entes autárquicos, as Escolas Agrotécnicas Federais terão, ainda, autonomia didática e disciplinar.” (BRASIL, 1993).

Sabe-se que múltiplos elementos compõem o que se compreende por gestão democrática: participação da comunidade interna e externa, mecanismos de escolha de diretores, implantação e funcionamento de colegiados, descentralização das decisões, autonomia escolar (PARO, 2006). Sendo assim,

“...uma gestão democrática da educação que reconhecesse a escola como espaço de política e trabalho, era buscada nos emblemas de autonomia administrativa, financeira e pedagógica na participação da comunidade nos desígnios da escola (elaboração dos projetos pedagógicos e definição dos calendários) e na criação de instâncias mais democráticas de gestão (eleição de diretores e constituição dos colegiados). Tudo isso conjugado à luta pelo reconhecimento profissional desses trabalhadores.” (OLIVEIRA, 2004, p. 1135).

Nesse sentido, a gestão democrática é baseada na coordenação de ações e atitudes que priorizam a participação social, da comunidade escolar, como professores, pais, alunos, direção, equipe pedagógica, funcionários, participando das decisões da escola e do processo de gestão. Em outras palavras, gestão democrática é tarefa de todos, iniciando-se na família, governo e sociedade.

Quando se trata, do Instituto Federal de Sousa - IFPB, não se pode negar que este se configurou de outra Instituição, ou seja, o IFPB advém da antiga Escola Agrotécnica Federal de Sousa. Portanto:

“ [...] o Instituto Federal de Educação, Ciências e Tecnologia da Paraíba (IFPB) já nasceu adulto, pois o mesmo é parte de uma tradição que iniciou-se a 100 anos. Suas raízes estão no CEFET- PB e na Agrotécnica Federal de Sousa – PB. “ (ANDRADE FILHO, 2017, p. 17).

Nas palavras de Andrade Filho (2017), o IFPB, Campus de Sousa trata-se de uma Instituição com raízes fincadas na história da Escola Agrotécnica de Sousa e do CEFET.

O conhecimento de como isso ocorreu ao longo do tempo, é de alta relevância, uma vez que nenhuma pesquisa abordou tal temática até o momento o que caracteriza este estudo como inédito, além de significar uma revisitação da história de tão importante instituto educacional para o sertão paraibano.

2 OBJETIVOS

2.1 GERAL

- Analisar as práticas que levaram a Escola Agrotécnica Federal de Sousa ao desenvolvimento socioeconômico da região.

2.2 ESPECÍFICOS

- Identificar o desenvolvimento socioeconômico regional;
- Conhecer as atividades/cursos oferecidos pela Escola Agrotécnica de Sousa desde sua fundação;
- Identificar ações/cursos profissionalizantes da Escola Agrotécnica de Sousa que impulsionaram o desenvolvimento socioeconômico da região.

3 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

3.1 CRIAÇÃO DO ENSINO PROFISSIONALIZANTE E AS TRANSFORMAÇÕES NO PERFIL

A Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPCT) teve seu início no século XX, quando o presidente Nilo Peçanha sancionou o Decreto nº 7.566/1909, criando as Escolas de Aprendizes Artífices (EAAs), voltadas para o ensino profissional primário e gratuito. A aprendizagem, por meio da preparação para o trabalho. O governo tinha como objetivo afastar o vício e a criminalidade nas comunidades de baixa renda, proporcionando-lhes subsídios para sobrevivência.

A crise econômica de 1930 enfraqueceu as oligarquias cafeeiras, ensejando a ascensão da burguesia industrial. O Brasil foi perdendo seu caráter agrário-exportador, passando para urbano-industrial, e consolidando, o sistema capitalista. A nova Constituição Brasileira promulgada por Getúlio Vargas tratou pela primeira vez do ensino técnico, profissional e industrial. A Lei 378 de 1937 transformou as Escolas de Aprendizes e Artífices em Liceus Industriais, voltados ao ensino profissional.

Com a instalação das multinacionais no Brasil, houve a necessidade na qualificação da mão de obra baseada na Teoria do Capital Humano. A elevação da escolaridade e o ensino profissionalizante foram relevantes para a sociedade que sonhava com o Ensino Superior. Em 1942 foi promulgada a lei Orgânica do Ensino Industrial como Reforma Capanema, ficou permitido aos concluintes dos Cursos Técnicos ingressarem em cursos superiores. O Decreto 4.127/42 transformou os Liceus Industriais em Escolas Industriais e Técnicas.

A Lei n.º 3552, de 16 de fevereiro de 1959, propiciou uma maior autonomia e o desenvolvimento da organização administrativa da rede de ensino técnico. As Escolas Industriais e Técnicas foram transformadas em autarquias com o nome de Escolas Técnicas Federais, com autonomia didática e de gestão (SOUSA, 2009).

Em 1961, o ensino profissionalizante foi equiparado ao ensino acadêmico com a promulgação da Lei 4.024 que fixou as diretrizes e Bases da Educação Nacional. Foram estabelecidos dois ramos de ensino médio diferenciados, mais equivalentes: “um propedêutico representado pelo científico e outro profissionalizante, com os cursos normal (magistério), industrial, comercial e agrícola” (KUENZER, 1992, p.14).

No ano de 1978, a Lei 6.545 transformou três Escolas Técnicas Federais (Paraná, Minas Gerais e Rio de Janeiro) em Centros Federais de Educação Tecnológica. Para os CEFETs ficou a missão de realizar pesquisas na área técnico-industrial, posteriormente oferecer a pós-graduação stricto sensu nos níveis mestrado e doutorado (FRIGOTTO; CIAVATTA; RAMOS, 2005).

As reformas educacionais em 1990, outras Escolas Técnicas Federais e Escolas Agrotécnicas Federais foram transformadas em Centros Federais de Educação Profissional e Tecnológica – CEFETs através da Lei 8.948, de 08 de dezembro de 1994 que institui o Sistema Nacional de Educação Tecnológica. Os CEFETs passaram a ministrar cursos em todos os níveis, desde cursos profissionais até cursos de graduação e pós-graduação. Dentre esses cursos: “Formação de professores para as disciplinas científicas e tecnológicas do Ensino Médio e da Educação Profissional”. (SOUSA; BERALDO, 2009).

3.2 GESTÃO DEMOCRÁTICA E LEGISLAÇÃO

A batalha de educadores e movimentos sociais organizados em defesa de um projeto de educação pública de qualidade social e democrática, pode se entender como um conceito de gestão democrática. No entanto, apesar das lutas em prol da democratização da educação pública e de qualidade fazerem parte das reivindicações de múltiplos segmentos da sociedade há algumas décadas, essas se intensificaram, ganharam evidência a partir da década de 1980, culminando na aprovação do princípio de gestão democrática na educação, na Constituição Federal do Brasil, 1988 Art. 206, que preconiza:

- “I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
- II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber;
- III - pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;
- IV - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;
- V - valorização dos profissionais da educação escolar, garantidos, na forma da lei, planos de carreira, com ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos, aos das redes públicas;
- VI - gestão democrática do ensino público, na forma da lei;
- VII - garantia de padrão de qualidade;
- VIII - piso salarial profissional nacional para os profissionais da educação escolar pública, nos termos de lei federal.

Parágrafo único. A lei disporá sobre as categorias de trabalhadores considerados profissionais da educação básica e sobre a fixação de prazo para

a elaboração ou adequação de seus planos de carreira, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. ” (BRASIL, 2016, p. 123).

Ou seja, a Constituição Federal/88 estabeleceu princípios para a educação brasileira, dentre eles: obrigatoriedade, gratuidade, liberdade, igualdade e gestão democrática, sendo esses regulamentados através de leis complementares.

Enquanto lei complementar da educação, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB nº 9.394/96) preconiza e regulamenta as diretrizes gerais para a educação e seus concernentes sistemas de ensino. Em cumprimento ao art. 214 da Constituição Federal, ela estabelece sobre a elaboração do Plano Nacional de Educação – PNE (art. 9º), protegendo os princípios constitucionais e, sobretudo, de gestão democrática.

De qualquer maneira, a gestão da educação essencialmente alude em dar importância aos princípios de descentralização e participação, basais para efetuação de um processo incumbido pela direção dos destinos da instituição escola, que almeja a transformação social. E, ainda, em dar evidência ao princípio de autonomia da escola, condição primordial para acréscimo da democratização da gestão escolar. (PERINI, 2007).

Ao iniciar um debate que se refere à gestão democrática dentro do âmbito da educação é imprescindível destacar o que representa essa democracia. Nesse sentido, para Marques (2008) significa a vivência da democracia nos diversos cenários sociais, a criação de novos conceitos e oportunidades democráticos e emancipação social, o que em outras palavras, abre espaço para uma nova maneira de fazer democracia. Tendo isso, é posta uma forma de democracia diferente, que não se encerra no ato do voto, ou seja, uma democracia participativa. O autor deixa claro como isso afeta a educação e a sociedade no trecho:

“Possivelmente, não exista „A“ alternativa, mas sim pequenas alternativas que vão se realizando na prática social, onde as práticas educativas se inserem, e, dessa forma, contribuindo com a mudança da educação e, por conseguinte, da própria sociedade. Assim, quanto maior a possibilidade de vivências democráticas nos diferentes espaços sociais, maior a possibilidade de inclusão e emancipação social, tendo em vista que não há emancipação em si, mas relações emancipatórias que podem criar um número cada vez maior de relações igualitárias, que concorrerão na mudança social. ” (MARQUES, 2008, p. 74).

Em segundo plano, porém não menos importante, é necessário romper com a ideia dicotômica que separa a sociedade civil e sociedade política. A importância e existência desse misto espelha o entrelaçar de diferentes visões com o surgimento de movimentos sociais e de sua importância na relação entre Estado e sociedade. Portanto, como importante inovação política a democracia participativa no Brasil engatinhou por meio de Conselhos e participação popular, fazendo parte da história do surgimento de diversas leis e políticas públicas e, não obstante, encontra-se em processo de construção contínua (TEIXEIRA *et al.*, 2013).

Dentro disso, vale destacar os benefícios percebidos no curto tempo em que a nação brasileira experimentou da democracia participativa. São eles: a aproximação e a relação entre poder público e população que acabou por romper com as ideias de clientelismo; o reconhecimento de problemas e a elaboração de estratégias contra eles; aproximação da realidade, o que facilita a tomada de decisão; transparência do Governo e outras. Todavia, não se deve ignorar os empecilhos impostos por alguns líderes políticos, tendo em vista que o apoio a participação social não é unânime no meio, as consequências disso são a resistência em relacionar-se com a comunidade e suas opiniões e, não obstante, em aceitar e partilhar das deliberações remetidas pelos órgãos colegiados (CICONELLO, 2008).

Nesse sentido, para Souza e Pires (2018) a descentralização é posta em pauta, a proposta é que devido a autonomia concedida aos seus constituintes o destino da instituição e, mais amplamente, da educação é guiado em conjunto pelas decisões que surgem considerando o posicionamento de todos os envolvidos. Tendo isso, infere-se que o planejamento e a criação de leis que efetivam essa participação na gestão democrática e direcionam seus mecanismos devem conter em suas linhas mais do que ideias de gestores, mas sobretudo, da população em questão. Fica claro no trecho:

“Bem, se temos participação com autonomia e com a realização e efetivação do poder de maneira mais próxima às pessoas, então, são essas pessoas as responsáveis pela edificação das regras que dimensionam o fazer coletivo. Ou seja, a democracia só se efetiva como um projeto coletivo, construído coletivamente. Logo, propostas de gestão democrática (GD) não podem nascer em gabinetes de gestores, pois, ou elas contam com a mais ampla participação dos interessados (sujeitos da escola e da educação), ou ela é natimorta.” (SOUZA; PIRES, 2018).

Posto isso, é necessário aproximar-se do legislativo no que diz respeito a participação social, gestão democrática e demais aspectos que edificam e apoiam a

educação brasileira. Tendo em vista que, historicamente, a medida que a participação social invade o campo legislativo e relaciona-se com o Estado, por meio da efetivação dos seus direitos, a educação torna-se resultado dessa construção conjunta. Além disso, é de extrema importância conhecer os direitos previstos na lei para só assim experimentá-los, não esquecendo que o processo de conquista dos movimentos sociais trata-se de luta, empoderamento e união.

Dentro do arcabouço de leis no qual a gestão democrática é citada cabe referir-se a Constituição Federal de 1988, na qual está também dentro dos direitos individuais, mais precisamente no inciso XXXIII do Art. 5º. Este reafirma o direito do cidadão de acesso à informação e, apesar de esta poder se dar dentro dos diversos âmbitos, destacamos aqui os assuntos inerentes a educação. Afinal, uma população participativa necessita ser, sobretudo, bem informada acerca da realidade.

Além disso, a constituição também incentiva o que seria o início da participação social, abordada mais fortemente na legislação pós-constituição, que já fica claro no trecho do seu Art.10 quando incentiva a participação de trabalhadores e empregadores nos colegiados de órgãos públicos que tratem de seus interesses (BRASIL, 1988).

Em complemento ao exposto e, representando um grande avanço legislativo no que diz respeito a representatividade popular e participação social, foi publicado o decreto presidencial nº 8.243, de 23 de maio de 2014 na gestão de Dilma Rousseff que instituiu a Política Nacional de Participação Social – PNPS e o Sistema Nacional de Participação Social – SNPS. Entre outras coisas, o intuito do decreto era fortalecer o diálogo e incentivar a atuação de forma conjunta entre a administração pública federal e a sociedade civil e, esta, se faria presente no processo de formular, executar e monitorar o conjunto de programas e políticas públicas.

O marco é revogado pelo Decreto nº 9.759, de 11 de abril de 2019 publicado no Governo de Jair Messias Bolsonaro que extingue e limita colegiados voltados a administração pública federal. Como justificativa, a proposta explica que é necessário o controle de uma “incrível proliferação de colegiados” e que visa “evitar colegiados supérfluos, desnecessários, de resultados práticos desconhecidos”. Ainda, mais precisamente sobre a PNS e SNPS a explicação é de que a publicação feita em 2014 “visa estimular a criação e o fortalecimento de colegiados integrados por grupos políticos específicos para se contrapor ao poder das autoridades eleitas tanto para o Executivo quanto para o Legislativo”.

Dando ênfase à educação, o Plano Nacional de Educação que foi aprovado pela Lei nº 13.005/2014 propõe, entre outras coisas, a adoção do princípio da gestão democrática no âmbito da educação pública. Para isto, determinou também que os processos envolvendo elaboração e adequações referentes aos planos de educação envolveriam a participação da comunidade. Além disso, garante a divulgação dos resultados referentes ao monitoramento, como também propõe a criação de políticas públicas visando cumprir as metas.

Diversas foram as metas propostas pelo plano, destaca-se aqui a de número 19, que propõe a efetivação da gestão democrática envolvendo a comunidade escolar, prevendo inclusive o uso de recursos para apoio dessa realização. Para tanto, adotou-se como estratégias: repasse prioritário para entes federativos com legislação específica voltada para a participação da comunidade; garantir boas condições de funcionamento aos diversos Conselhos que se relacionam com a instituição; incentivo a construção de Fóruns Permanentes de Educação; incentivo e fortalecimento dos Conselhos; e outros (BRASIL, 2014). Ressalta-se o prazo de dois anos, a partir da publicação, para cumprimento das metas.

Nesse sentido, algumas críticas foram levantadas uma vez que as estratégias citadas enfatizaram, sobretudo, a instituição em si. A explicação para isso é que a escola é apenas parte do sistema educacional, portanto, seria imprescindível voltar-se para o todo principalmente no direcionamento dos gestores, evitando ações pontuais. Portanto, o ideal seria democratizar todo o sistema, estabelecendo direcionamento nos diversos níveis, complementando a proposta e horizontalizando as relações como um todo (SOUZA; PIRES, 2018).

Não obstante, a Lei de diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) (Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996) segue em concordância destacando a gestão democrática do ensino público. Deixando claro também o dever da União em disseminar informações acerca da educação, também estabelece a necessidade de Conselhos Nacionais de Educação, os quais asseguram a participação social e aprimoram a gestão democrática. Não obstante, em seu Art. 14 fala claramente sobre o funcionamento dessa gestão:

“Art. 14. Os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios:

I – participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola;

II – participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes.” (BRASIL, 1996)

Além disso, a lei também impõe que todos os estabelecimentos de ensino devem articular-se com família e comunidade, para dessa forma criar uma relação de união entre comunidade e escola. Nesse âmbito, também estabelece como dever dos professores colaborar com essas atividades, fazendo-se presente nesse processo participativo (BRASIL, 1996)

Como mecanismo de apoio da gestão democrática e participação social nas escolas estão Conselho Escolar, Grêmios estudantis e Conselho de Classe. Nesse âmbito, é uma responsabilidade da equipe gestora proporcionar espaços participativos e incentivar a interação dos segmentos envolvidos para promover uma troca de opiniões e posicionamentos (PARANÁ, 2018). Para Luck (2007) esses colegiados escolares estão diretamente ligados a tomada de decisões, com função de auxílio, através da participação de representantes dos pais, professores e funcionários. Dessa forma, a comunidade possui meios para agir junto à gestão, efetivando seus direitos e contribuindo para uma educação de qualidade e equitativa.

A conjuntura política, portanto, influencia diretamente no apoio à gestão democrática. Pode-se perceber diferentes posicionamentos nos Governos aqui citados, o que é apenas um resumo, a mudança de Governo afeta diretamente o avanço da democracia participativa e da educação no país. Isso ocorre desde a criação do Ministério da Educação, que nos remete ao primeiro Governo de Vargas e, espelhou desde já os interesses do Estado e seus representantes. Nesse sentido, a educação pode ser utilizada como uma “artimanha” que favorece uma classe dominante e o interesse dos mais poderosos (BOUTIN; SILVA, 2015; FAUSTO, 2001 apud BOUTIN; SILVA, 2015; BOMENY, 2008).

Voltando-se para a educação técnica, um importante marco legislativo foi a Lei nº 12.513, de 26 de outubro de 2011 que criou o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec). Este mecanismo teve a finalidade de tornar ampla a oferta de educação profissional e tecnológica e, para tanto, seus objetivos incluíram: aumentar as oportunidades educacionais para trabalhadores, democratizar o processo de oferta dos cursos em questão, além de encorajar a articulação entre a política em questão e outras que envolvem geração de trabalho e renda (sendo o último

complementado pela Lei nº 12.816, de 2013). A proposta também incluiu bolsas de auxílio financeiro no intuito de estimular e fomentar os estudantes e trabalhadores que ingressam nas modalidades incluídas.

Tornando um pouco na história, o Governo de Fernando Henrique Cardoso aprovou o Decreto nº 2.208, de 17 de abril de 1997 que impôs algumas regras a respeito da educação profissional, a exemplo de que o estudante poderia cursar os módulos referentes a sua habilitação em diferentes instituições, porém a última a dar o certificado de qualificação seria a responsável por expedir seu diploma. Tais propostas foram bastante criticadas, afirmando superficialidade na formação dos profissionais, Martins (2000) deixa claro alguns problemas presentes no decreto:

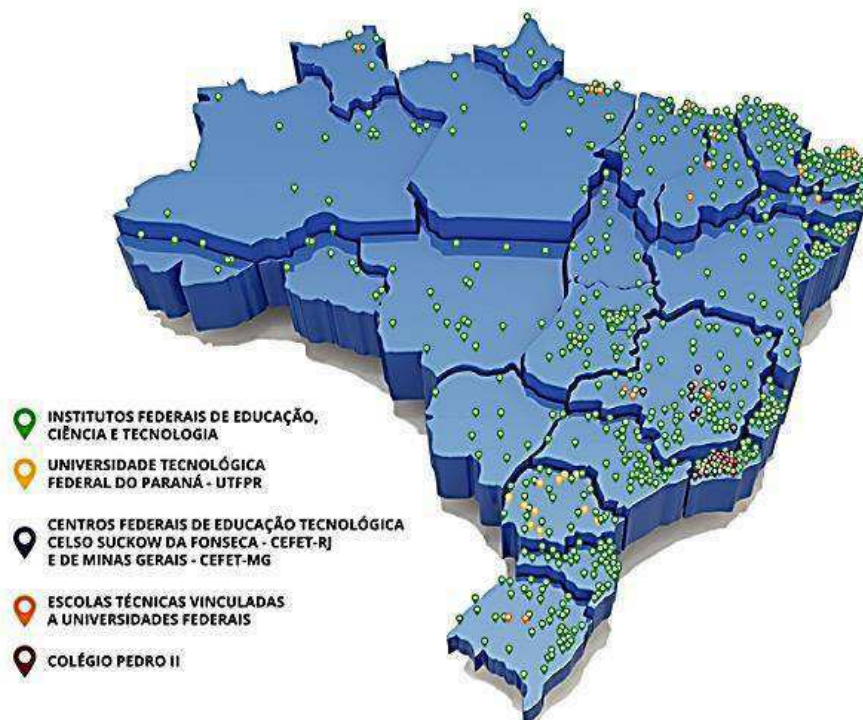
- “1) foi elaborado autoritariamente;
- 2) é anacrônico, pois reordena a formação profissional nos moldes já superados pela própria dinâmica cambiante do processo produtivo atual;
- 3) a modularização proposta também não se coaduna com a lógica da produção atual, o que tem como implicação a deterioração da qualidade das instituições com nível mais elevado de excelência;
- 4) deteriora, em especial, a qualidade das escolas técnicas federais;
- 5) reproduz a dualidade existente na sociedade;
- 6) constitui-se em um filtro ao ensino superior;
- 7) abre a possibilidade de repasse de verbas do erário às instituições privadas; e, por fim,
- 8) compromete a soberania nacional. ” (p.89)

Posteriormente este foi revogado no Governo de Lula por meio do Decreto nº 5.154 de 23 de julho de 2004. Este propôs diversos tópicos a serem considerados, nesse sentido a educação profissional técnica poderia ser oferecida em conjunto com o ensino de nível médio na mesma instituição ou em instituições diferentes, obedecendo os objetivos das diretrizes curriculares nacionais, normas dos sistemas de ensino em questão e as exigências provenientes da instituição de ensino de acordo com seu projeto pedagógico.

Adotando uma óptica internacional, Cunha (2000) compara o ensino técnico nos países Brasil, Argentina e Chile. O autor pontua que no Chile o ensino técnico está atrelado a educação no geral, já nos demais países estudados, este ensino se separa das disciplinas de origem propedêutica sendo realizado ao mesmo tempo ou não, porém tidos como coisas diferentes. Todavia, tanto no Brasil como na Argentina o certificado de técnico só é cedido quando os ensinos propedêutico e técnico são concluídos. Em complemento observa-se uma tendência de modularização nos três países, interpretada como forma de flexibilização.

Segundo dados do Ministério da Educação (2018) retirados do portal eletrônico (portal.mec.gov.br) as instituições que fazem parte da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica incluem: Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs); Centros Federais de Educação Tecnológica; Escolas técnicas vinculadas; e outras. Nesse sentido, cada uma possui particularidades de funcionamento, os IFs por exemplo devem destinar pelo menos 50% da oferta de vagas para cursos técnicos de nível médio (preferencialmente integrados) e 20% para cursos de licenciaturas. A distribuição dessas instituições é ilustrada na Figura 1:

Figura 1: Distribuição das instituições que fazem parte da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica no território brasileiro.



Fonte: Ministério da Educação (2018).

Tendo em mente o exposto, é possível perceber a importância da gestão democrática no que tange a educação. Essa forma de participação social, que permite por exemplo a participação da comunidade em Conselhos, proporciona a criação e fiscalização de leis e políticas públicas mais próximas das necessidades da população. Nesse sentido, voltando-se aos marcos legislativos, é inegável a importância dos projetos estabelecidos no governo de Dilma Rousseff que elevaram e valorizaram a educação e a democracia participativa no Brasil. A criação, regulamentação e distribuição das escolas técnicas no território brasileiro é parte da conquista da educação profissional. Todavia, este processo é permeado por avanços e retrocessos e, dessa

forma, conclui-se que a educação brasileira é diretamente influenciada pelo Governo, seus representantes e suas leis.

3.3 O DESAFIO DE APRESENTAR O TEMPO ESQUADRINHADO DE ANDRADE FILHO, 2017

A história contada apresenta um desafio imensurável porque traz a dificuldade de “contar” o que não foi vivido, o que existiu/não existiu, de aumentar as narrativas, exagerando os fatos ou de omitir acontecimentos por entender que tais eventos não são relevantes e que outros têm a relevância que talvez não o tenham, o fato é que a história trazida ou vivida por uma pessoa pode surgir contada de outra maneira, com valorização/desvalorização de acontecimentos elencados como importantes, mas se esse desafio já é grande, imaginemos que dizer do que é trazido nesse capítulo, foco principal dessa dissertação. Para o leitor que tem acesso a essa fonte de investigação revelada através de meses de pesquisa, leitura, contextualizações e síntese dos achados oode haver o questionamento sobre o que se aborda neste momento.

Como dito neste início, contar não é tarefa fácil, entretanto esse momento vai além dessa prática, isso porque está se falando de (re) contar, (re) apresentar a história, revelar o que aconteceu, como aconteceu e porque aconteceu, por isso é dito aqui que há outro grande desafio, que é considerado como ainda maior, isso porque contar a história a partir do que não foi vivido, e principalmente a partir do que foi vivido *in loco* por outro que conta a história é simplesmente desafiador.

Quem vive o fato tem seguramente propriedade para revelar os acontecimentos, trazer as narrativas sob a ótica do que foi experienciado, apontar os caminhos vividos e partilhados, trazer a ideia de como tudo aconteceu de fato.

E neste capítulo é exatamente o que acontece, aqui é trazida a experiência do vivido no tempo e na história por uma personagem de extrema relevância no conteúdo abordado, contudo, como é explicado na metodologia não há contato direto com o narrador personagem, há leitura de um material construído por ele, de pesquisa de informação, de ideias e caminhos antes não revelados. Esta leitura aconteceu no livro: O tempo esquadrihado de autoria de Francisco Cicupira de Andrade Filho, lançado em 2017 pela edição do autor em Sousa-Paraíba.

Esta obra dada sua importância para a história e também para a construção desse capítulo revela a partir do próprio autor toda a experiência vivida por ele e outros personagens em extensas linhas e de fácil “degustação” do saber.

Dada a importância da obra para o fato aqui analisado foi definido como título do capítulo o próprio título do livro.

Mas quem teve tamanha desenvoltura em apresentar elementos tão importantes para história? Quem de fato viveu esses acontecimentos? Como essa mestrandade pode recontar tais fatos? Muitos questionamentos, grande desafio.

Sem pretensões, mas com o intuito de recontar a história, a iniciativa se revela a partir do início do Programa de Mestrado desta autora, e traz a história na percepção do autor da obra.

Em citações retiradas de Andrade Filho (2017), tem-se que o IFPB já nasceu na fase adulta por apresentar raízes sólidas e estruturadas, sempre empregou diversas pessoas e contribuiu na formação de outras tantas, o que vem acontecendo ainda nos dias atuais.

Nesta obra apresenta-se uma trajetória de desafios e de mudanças velozes que culminaram sempre em sucesso. Sobre o Professor Francisco Cicupira é possível dizer que desempenhou missão desafiadora com honradez e zelo, enfrente preconceitos, estigmas, venceu o ceticismo, transformou e aperfeiçoou, sempre com o objetivo de obter êxito e dar a cada um o que é lhe é de direito.

Esse profissional segundo suas próprias palavras, contraiu dívidas de gratidão, mas que nesta obra é reforçada que foram pagas com trabalho desempenhado que vem acontecendo ao longo dos anos. Foram mandatos, negociações, conflitos naturais dos cargos ocupados. A obra apresentada nesta parte do estudo aponta o dia a dia dessa história e revela planos, projetos, planejamentos, dificuldades, parcerias, aproximação com os movimentos sociais e sindicatos, movimento estudantil, igrejas, partidos políticos associações e outros, quer seja, é um relato com inúmeros protagonistas significativos para essa história com documentação histórica.

A Escola ao longo dos anos nas linhas traçadas nesta obra, foi crescendo e a necessidade de reuniões frequentes era cada vez maior com o intuito de alavancar as ideias e resolver problemas vivenciados, nessa conjuntura estratégias de reuniões departamentais, setores e sindicatos foram postas em prática para solucionar problemas.

O fato é que Chiquinho Cicupira como é carinhosamente chamado por muitos tem uma história conjunta com a Escola aqui analisada e uma relação forte de

envolvimento com interesses da comunidade do município de Sousa no que diz respeito a história de cursos agrotécnicos.

4 MÉTODOS E TÉCNICAS DO ESTUDO

4.1 TIPO DE PESQUISA

Compreende-se que a tipologia de um estudo é caracterizada pela maneira como esta pesquisa irá se desenvolver, para tanto é preciso considerar os determinantes que envolvem sua organização e planejamento. Nesta investigação, a metodologia adotada envolve uma pesquisa qualitativa, de cunho bibliográfico, com elevado grau de análise do conteúdo proposto. Muitos autores inferem sobre como determinam os nortes e a qualidade da pesquisa. Assim sendo, corrobora-se ao conceito de metodologia abordado por a seguinte afirmativa:

“Entendemos por metodologia o caminho de pensamento e a prática exercida na abordagem da realidade. Ou seja, a metodologia inclui simultaneamente a teoria da abordagem (o método), os instrumentos de operacionalização do conhecimento (as técnicas), e a criatividade do pesquisador (sua experiência, sua capacidade pessoal e sua sensibilidade). A metodologia ocupa um lugar central no interior das pesquisas e esta referida a elas.” (MINAYO, 2007, p. 14-15).

A alternativa metodológica para responder às demandas postas por este estudo traz para o uso muito mais que a abordagem de técnicas. Foi feito pela sistematização de fontes documentais, orais e fontes iconográficas. Assim, foi destacada a importância e a riqueza dos procedimentos proporcionados pela análise das fontes documentais como processo metodológico, por entender inicialmente que:

“O documento não é qualquer coisa que fica por conta do passado, é um produto da sociedade que o fabricou segundo as relações de forças que aí detinham o poder. Só a análise do documento enquanto monumento permite à memória coletiva recuperá-lo [...]” (LE GOFF, 1996, p. 545).

Destaca-se, neste trabalho, o uso da análise documental, que se refere à pesquisa bibliográfica, que utiliza, em sua essência: documentos. O desafio a esta técnica de pesquisa é a capacidade que o pesquisador tem de selecionar, tratar e interpretar a informação, visando compreender a interação com sua fonte. Quando isso acontece há um incremento de detalhes à pesquisa e os dados coletados tornam-se mais significativos.

A análise documental segundo Chaumier (1974) citado por Bardin (2016, p.51), é “uma operação ou um conjunto de operações visando representar o conteúdo de um documento sob uma forma diferente da original, a fim de facilitar, num estado ulterior, a sua conduta e referenciação”. Em primeiro plano, destaca-se que a pesquisa bibliográfica é de grande importância tanto quando utilizada dentro de pesquisas

exploratórias ou demais, quanto quando é posta como única modalidade, mostrando um novo prisma sobre o assunto (FERNANDES; GOMES, 2003; LIMA; MIOTO, 2007).

4.2 LOCAL DA INVESTIGAÇÃO

A pesquisa foi pensada inicialmente para ser realizada no próprio campus do IFPB em São Gonçalo – PB, no setor de arquivo, esse contato prévio e documental foi realizado, entretanto para a segunda parte da investigação que foi planejada para investigação através de entrevistas no próprio Campus não foi possível realizar em virtude de pandemia que se intensificou ao longo do desenvolvimento desse estudo, assim para abordagem dessa investigação foi construída uma nuvem de palavras com colocações recorrentes que trouxeram o resgate da história da Escola agrotécnica de Sousa e com as entrevistas realizadas com pessoas correlacionadas a instituição, escolhidas de maneira aleatória. O Campus do IFPB São Gonçalo está localizado no município de Sousa, Paraíba, sertão da Paraíba.

4.3 POPULAÇÃO E AMOSTRAGEM DO ESTUDO

A população foi constituída do próprio acervo da Instituição, ou seja, o Campus do IFPB – São Gonçalo – Sousa/PB, bem como dos relatos apresentados em obra de autoria individual, mas que traz histórias e relatos coletivos de uma vivência: *O Tempo Esquadrinhado*” (2017), de autoria de Francisco Cicupira de Andrade Filho, correspondente ao período de 1994 a 2006, e foi complementado com informações em outras fontes de investigação como já descrito. E para os entrevistados a população foi constituída de pessoas do município de Sousa e a amostragem de pessoas que tinham os critérios de inclusão do estudo.

4.4 CRITÉRIOS DE INCLUSÃO E EXCLUSÃO

Como critérios de inclusão foram elencados: materiais científicos e sites que contivessem informação sobre a Escola agrotécnica de Sousa, Escola técnica de Sousa, IFPB ou outra denominação como descrição da instituição estudada. Além deste, todo e qualquer conteúdo que tivesse informações para fundamentar o crescimento e desenvolvimento da referida escola. Para critérios de exclusão foram elencados arquivos ou sites que não somassem a investigação proposta. Para os entrevistados foram

escolhidas pessoas que se dispuseram a participar, que vivem no município há muito tempo e que tinham alguma ligação direta com os serviços da instituição.

4.5 COLETA DE DADOS

A coleta de dados foi realizada no IFPB São Gonçalo no setor de arquivo em novembro de 2019, e os portais científicos e sites correspondentes foram investigados em janeiro, fevereiro e março de 2020, com complementação em meses posteriores. Assim serviu como base de coleta, o próprio acervo da Instituição: atas, livros de matrícula, anuários, programas de disciplinas, fotografias etc; pequenos arquivos particulares de ex-discentes da Instituição e legislação pertinente. Além desta foi realizada entrevista semi-estruturada com membros da comunidade de Sousa escolhidos de maneira aleatória, e estas foram suspensas por considerar saturação de respostas recorrentes.

4.6 INSTRUMENTOS E TÉCNICAS

O instrumento de coleta de dados foi um roteiro semiestruturado (Apêndice I) para compilar informações encontradas em diferentes documentos com o intuito de reunir em nuvem os referidos achados e promover análise a partir da recorrência de suas citações. Além disso, utilizou-se uma entrevista semiestruturada (Apêndice II) composta de cinco perguntas subjetivas.

4.7 PROCEDIMENTOS DE COLETA DE DADOS

Por reunir informações que envolvem pessoas e suas trajetórias, inicialmente, o projeto foi submetido ao Comitê de Ética do Centro de Formação de Professores da Universidade Federal de Campina Grande. Posteriormente, foram realizadas visitas à Instituição destinada a investigação para localização de fontes e reconhecimento das instalações físicas.

Além da pesquisa bibliográfica, foi realizada uma entrevista semiestruturada com seis membros da comunidade de Sousa-PB, as respostas foram gravadas com um aparelho celular e posteriormente foram escritas para possibilitar uma análise da opinião dos participantes sobre o tema proposto.

4.8 PROCESSAMENTO E ANÁLISE DOS DADOS

Com base no objeto de pesquisa e em sua problematização, foi feito um diálogo entre fontes documentais, orais e iconográficas, num trabalho de coleta e seleção de fontes para complementar os pressupostos metodológicos e categorias de análise da pesquisa, com base na perspectiva da análise documental do estudo lembrando a análise de conteúdo de Laurence Bardin (2016) mas, não a utilizando em totalidade.

A partir da análise crítica elencou-se duas categorias para a discussão, foram elas: **Refletindo sobre a gestão escolar técnica; Formação técnica**. Isso ocorreu, pois, após realizar uma leitura exaustiva dos artigos selecionados e considerar os objetivos a serem atendidos, além das ideias abarcadas por meio da entrevista, percebeu-se a importância de abordar esses dois aspectos. Portanto, a discussão seguiu a linha de raciocínio da pesquisa tendo como temas recorrentes educação, ensino profissional, local e outros. A nuvem de palavras elaborada através do wordart.com ilustra os assuntos mais citados (Figura 2):

desafios contemporâneos de uma sociedade globalizada, usando ao seu favor das tecnologias existentes. Para tanto, previamente à escolha do gestor pela comunidade escolar, muitas instituições optam pela realização de um exame que avalia os pré-requisitos mínimos ao cargo. Dessa forma é possível assegurar a escolha de um líder capaz de realizar suas tarefas com compromisso e qualidade, considerando sempre os aspectos técnicos e pessoais que influenciam nisso (LUCK *et al.*, 2009).

Sobre a escolha do gestor e a competência dos encarregados por cargos aliados à gestão para os entrevistados “É importante ter gente preparada, saber o que está fazendo ali pra não deixar os alunos na mão” (Entrevistado D); “Na minha opinião é importante ter um gestor preparado, isso de gente que não entende da área não dá certo” (Entrevistado E); “O gestor é o que sustenta todas as áreas ali né, tipo... ele tem que fazer as coisas funcionarem de fato” (Entrevistado F).

A ideia de que os representantes influenciam diretamente no funcionamento dos diversos âmbitos do IF é colocada em pauta. Nesse sentido os entrevistados percebem ainda a importância do preparo dos profissionais no que diz respeito a sua atuação, portanto experimentar de cursos e aprimoramento é um ponto a ser incentivado. Vale ressaltar que além dos alunos, os demais membros como servidores e, até mesmo, a cidade e a comunidade que ali reside pode acabar sofrendo efeito da gestão do Campus.

Sobre o assunto e, referindo-se mais precisamente ao IF de Sousa, o regimento interno do Campus atribuído pela Resolução nº 274, de 10 de outubro de 2014 dispõe de algumas informações pertinentes. Inicialmente, propõe que os órgãos de administração superior compreendem um órgão colegiado e um órgão executivo sendo, respectivamente, o Conselho Diretor e a Direção Geral do Campus.

Seguindo esta linha, a literatura traz a participação social na política como conquista de movimentos sociais por volta dos anos 1980. Isso foi uma forma de expressar o desejo dos cidadãos de democratização dos órgãos do Estado, como sociedade, queriam compartilhar a gestão e garantir a fiscalização e o cumprimento dos deveres do Estado com os compromissos assumidos. Dessa forma, não é possível afirmar que isto seria substituir o Poder Público, mas reafirmar o desejo de que este represente os interesses da população como um todo (GOHN, 2006).

Mais precisamente no que tange a educação, este espaço de participação vem a ser não só local de discussão de opiniões e interesses, mas também uma forma de proporcionar consciência coletiva. Para tanto, é necessário que a população esteja ciente do contexto no qual se insere e, portanto, isso fará com que atue com maior propriedade.

Os conselhos, nesse âmbito, permitem que seus componentes garantam a priorização de seus objetivos, por meio da democracia e da representatividade, os gestores devem aproximar-se das reais prioridades da comunidade (LIMA; ALMENARA; SANTOS, 2018).

No que concerne a participação social e ao contexto de gestão democrática para os entrevistados significam “Uma forma de se tornar mais próximo do que acontece lá, é isso que eu acho... assim a gente tem uma ideia do que vai fazer pra interferir nisso” (Entrevistado A); “É dar voz à comunidade, às ideias e prioridades do povo” (Entrevistado B); “Eu acho que é direito... direito do povo que usa aqueles serviços” (Entrevistado C).

Portanto, entende-se que a abertura gerada nesse Órgão colegiado abre espaço para a população aproximar-se da gestão do Campus. Por meio dele, a comunidade percebe seu espaço de escuta, o que facilita atender as demandas que partem dela e gera até mesmo confiança de que suas prioridades serão levadas em consideração. O que é válido, já que o serviço é para o povo, que vê isso como direito.

Dessa forma, o Conselho é também um alicerce para a gestão democrática no qual a população pode opinar e discutir questões junto aos demais membros. Nesse sentido, urge a necessidade de ressaltar que a existência do Órgão não esgota a necessidade da Direção geral e vice-versa, ambos devem partilhar uma relação de escuta visando o bem maior da educação e do funcionamento da instituição

Sobre o Conselho, a Resolução nº 274, de 10 de outubro de 2014 explicita ainda sua composição, além de dois incisos importantes nos quais: 1º ordena que o diretor geral, os docentes e os técnicos administrativos que fazem parte do Órgão devem ser indicados por meio de um processo eletivo; 2º todos os membros do conselho poderão assumir um mandato de dois anos e, ainda, possuem direito a assumir mais um mandato após o final do primeiro. São membros do conselho de acordo com a resolução:

- “I - O Diretor-Geral do Campus, como Presidente;
- II - Dois representantes dos docentes;
- III - Dois representantes dos técnicos administrativos;
- IV - Dois representantes dos discentes;
- V - Um representante da área pedagógica;
- VI - Um representante da administração acadêmica pertencente ao segmento docente;
- VII - Um representante da administração pertencente ao segmento dos técnicos administrativos;
- VIII - Um representante das Coordenações dos Cursos;

IX - Dois representantes da sociedade civil; e
X - Um representante de pais de estudantes.” (p. 3)

Nesse âmbito, ambos os órgãos possuem deveres dentro da instituição para gerir e garantir que os objetivos ali propostos sejam cumpridos. O Conselho Diretor possui, dentre outras, a função de participar de planos no que tange a pesquisa, extensão e ensino; opinar acerca da criação ou extinção de cursos; participar da aprovação da proposta orçamentária anual e; outras funções, envolvendo sempre aconselhamento e opinião ou que foram deliberadas pela Direção Geral (BRASIL, 2014).

Para mais, a Direção Geral possui também deveres, são alguns deles: atuar como presidente do Conselho Diretor; representar legalmente o Campus; incentivar o aperfeiçoamento dos servidores e recursos físicos e materiais do Campus; propor a reitoria convênios, contratos e ajustes; formular e fiscalizar planos, programas e projetos do centro; fiscalizar e garantir organização de ações promovidas por diretorias, departamentos e coordenações subordinados e; outras ações.

Para Luck *et al.* (2009) o profissional em si já toma encargo de funções que necessitam de potencial, conhecimento e habilidade para sua realização. Os autores defendem ainda que a definição de padrões no que diz respeito a estas qualidades profissionais no âmbito da gestão são benéficas para garantir selecionar as pessoas mais adequadas à função, como também para que se tenha um caminho contínuo de aprendizagem focado nessas qualidades. Para mais, os passos que permitem a realização das atribuições do gestor incluem orientar-se quanto ao empenho das suas tarefas e, posteriormente, procurar meios para realiza-las avaliando sempre sua dedicação quanto a isso.

Nesse sentido, de acordo com informações do portal eletrônico do IFPB (www.ifpb.edu.br), atualizadas em 2020, a equipe do Campus de Sousa possui alguns departamentos e chefias importantes para sua organização. O Quadro 1 expõe parte desses cargos e seus representantes atuais:

Quadro 1: Recorte dos cargos que compõe a gestão dos setores do IFPB Campus Sousa no ano de 2020.

CARGO	ATUAL REPRESENTANTE
Diretoria Geral	Francisco Cicupira de Andrade Filho
Diretoria de Desenvolvimento do Ensino	Joselma Mendes de Sousa Carneiro
Chefia do Departamento de Educação Profissional	Valmiza da Costa Rodrigues Durand
Diretoria de Administração e Planejamento	Francisco Jarismar de Oliveira
Chefia de Gabinete	Josemar Alves Soares
Chefia do Departamento de Tecnologia da Informação e Comunicação	Antônio Alves de Sousa Júnior
Chefia do Departamento de Gestão e Desenvolvimento de Pessoas	José Sucupira Neto
Chefia do Departamento de Educação Superior	Francisca Bivânia de Araújo Lins
Chefia do Departamento de Assistência Estudantil	Edvanildo Andrade da Silva
Chefia do Departamento de Logística, Obras e Manutenção	Edvan José de Sousa
Chefia do Departamento de Finanças e contabilidade	Antônio Firmino da Silva Neto
Chefia do Departamento de Produção, Pesquisa e Extensão	Hugo Vieira
Coordenação de Execução Orçamentária e Financeira	Francinaldo Lins de Figueiredo

Fonte: Elaborado pela autora (www.ifpb.edu.br, 2020)

Sobre o Campus, o local onde tais agentes atuam e bem conhecem, sabe-se que foi fundado em agosto de 1955 e, segundo matéria publicada no site www.ifpb.edu.br em 2020, possui mais de 1730 alunos matriculados e 198 servidores. No corrente ano o local completou 65 anos e, em meio a isso, reafirmou seu compromisso com a comunidade durante a pandemia, prestando ações e doações para a população por meio dos projetos de extensão e colaboração dos seus alunos e servidores.

Percebe-se, portanto, que os dois órgãos devem agir em conjunto, de acordo com suas atribuições para garantir a organização, elaboração e fiscalização das diversas atividades do Campus. Além da manutenção das necessidades dos servidores e recursos materiais ali utilizados, servido como incentivadores e acolhedores das ideias propostas por meio do espaço do Conselho, que acolhe os diversos membros que participam do Campus. Dessa forma, diversos são os compromissos firmados por ambos e, como todo cenário existem desafios e dificuldades a serem enfrentadas.

Sobre isso, Vieira e Bussolotti (2018) realizaram uma pesquisa na qual entrevistaram 220 diretores de escolas técnicas instaladas no Estado de São Paulo, na qual elencou alguns desafios. Dentre estes estavam gerenciamento de pessoas, equilibrar-se em meio a conflitos entre os funcionários e demais problemas como infraestrutura. Além disso, o relacionamento com alunos, pais, funcionários e

professores também foi citado como uma preocupação, sobre isso as autoras pontuam a importância da participação desses segmentos na gestão democrática e a necessidade da formação continuada dos gestores para lidar com todas as problemáticas citadas.

Para mais, a gestão de desenvolvimento de pessoas proveniente do IF de Sousa possui competências atribuídas pelo regimento interno para alicerçar e complementar ações da gestão. Nesse âmbito, são elas: envolver-se em programas que proporcionem a qualidade de vida e de assistência dos funcionários do Campus, planejando, elaborando e supervisionando-as; promover e facilitar a organização; promover e avaliar parcerias voltadas a atividades de desenvolvimento de servidores; envolver-se na oferta de cursos de capacitação fornecidos pelo próprio IFPB; implementar o Programa de Avaliação de Pessoas; emitir relatório de suas atividades e; outras diversas ações voltadas ao aperfeiçoamento, organização e qualidade dos servidores e suas competências (BRASIL, 2014).

Sobre a educação escolar e a educação profissional no Brasil, cabe destacar alguns marcos legislativos que concernem algumas informações consideráveis no que diz respeito a suas respectivas atribuições e diferenças. Nesse sentido, a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro 1996 dispõe no seu Título IV sobre os níveis e modalidades de ensino, no qual estão inseridas a educação escolar (engloba a educação básica e a educação superior), a educação profissional e outras. Nesse sentido enquanto a educação básica tem o objetivo de formar o educando promovendo a sua cidadania e permitir meios para o posterior trabalho e estudo, a educação profissional abarca os diferentes âmbitos do trabalho, ciência e tecnologias, focando na formação para a vida produtiva.

Esta última, ainda de acordo com a lei, inclui estudantes matriculados no ensino fundamental, médio ou superior, como também aqueles que já os concluíram, bem como os trabalhadores das diversas áreas. A educação de nível superior, por sua vez, possui dentre seus objetivos: formar estudantes reflexivos e imersos na criação cultural e desenvolvimento científico; diplomar pessoas nas diversas áreas de conhecimento; incentivar a pesquisa, ciência e tecnologia (BRASIL, 1996).

No IFPB de Sousa, o Departamento de Educação possui a responsabilidade de implementar políticas educacionais, bem como supervisionar e coordenar toda a ampla gama de atividades que visam o processo educativo dos cursos. Nesse sentido, também acompanha a avaliação desse processo. Outro ponto importante é que o regimento interno também propõe que este departamento realize estudos voltados para o mercado de trabalho, visando pautar a oferta dos cursos na demanda gerada pelo local e região,

formando profissionais com potencial para gerar mão de obra onde se precisa dela (BRASIL, 2014).

Por fim, percebe-se todo o arcabouço proporcionado pelo regimento interno visando alicerçar as ações de gerência do Campus. A ampla gama de ações e departamentos que visam o aperfeiçoamento de servidores e do próprio ensino pode ter levado à organização atual, permitindo avançar no que diz respeito a qualidade ofertada pela instituição. O fato de existir um Conselho, que permite a participação dos diversos membros que ali se encontram é de extrema importância para que este avanço se dê na direção certa, isso permite a participação social e a representatividade dos reais interesses da comunidade de pais, alunos e funcionários. Portanto, por trás do IFPB de Sousa existe uma logística apoiada pela gestão e seus departamentos que proporcionam o desenvolvimento e aperfeiçoamento do ensino, promovendo uma educação de qualidade.

5.2 FORMAÇÃO TÉCNICA

Os Institutos de Educação Profissional, Científica e Tecnológica estão amplamente distribuídos pelo território brasileiro. Segundo dados do Ministério da Educação (BRASIL, 2018) que confirmam este arranjo, existem diferentes tipos de instituições e cada uma possui particularidades em seu funcionamento. Os IFs, por exemplo, surgiram da experiência de alguns modelos já existentes como os Centros Federais de Educação Tecnológica (Cefet), escolas técnicas e agrotécnicas federais e outras. Caracterizam-se por serem pluricurriculares, ofertarem educação profissional tecnológica e licenciaturas, como também outros cursos superiores. Um ponto de destaque da sua existência é, sem dúvidas, sua contribuição no desenvolvimento de tecnologias, pesquisa e ações, proporcionando melhora na economia do local e da região na qual se instala.

A criação dos IFs, como da rede supracitada, deu-se por meio da Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Mais precisamente, a lei propõe que a criação do Instituto Federal da Paraíba deve se dar pela integração do Centro Federal de Educação Tecnológica da Paraíba e da Escola Agrotécnica Federal de Sousa. Nesse sentido o Art. 2º dispõe de alguns incisos importantes: 1º equipara os IFs às instituições e cursos de educação superior no que tange a regulação, avaliação e supervisão; 2º coloca-os como local de incentivo e certificação de competências profissionais.

A mesma lei, mais adiante, expõe algumas finalidades e características dos IFs por meio do seu Art. 6º. Nesse sentido, propõe que esta educação seja ofertada em vista de formar cidadãos qualificados para atuação profissional, proporcionando desenvolvimento socioeconômico a nível local, regional e nacional (BRASIL, 2008). No tocante a este ponto, Costa (2015) faz algumas considerações mediante a expansão do ensino profissional e tecnológico do IF de Sergipe, tais observações apontam o grande avanço e investimento no que diz respeito a instituições. O autor observa ainda a importância dessa qualificação para o capitalismo e economia local, a qual deve estar se adequando ao fornecimento de nova mão de obra por meio de estudos voltados ao mercado de trabalho. O mecanismo é usado na cidade em questão e visa observar e sintonizar a oferta do IF de acordo com as demandas.

Mais precisamente na cidade de Sousa, um grande exemplo de mercado em potencial para o desenvolvimento socioeconômico é a agricultura. Nesse âmbito Lima *et al.* (2014) destacam alguns avanços e problemáticas no âmbito, que teve grande investimento nos últimos anos, predominando os modelos “agropecuária empresarial científica e de base tecnológica, a pequena produção qualificada e a agricultura camponesa” que, para os autores, têm promovido a concentração de capitais. Nesse âmbito vale destacar que, de acordo com informações retiradas no portal do estudante (IFPB, 2019), o IFPB de Sousa oferta, além de outros, os cursos técnicos integrados de Agroindústria, Agropecuária e Meio Ambiente (sendo os dois primeiros também ofertados de forma subsequente) além dos cursos superiores de tecnologia em Agroecologia e Alimentos.

Sobre o assunto, é pertinente ressaltar que é na agricultura e na pecuária que a cidade de Sousa estabelece sua economia. De acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2019) retirados do portal online (cidades.ibge.gov.br) a cidade se destaca no ranking da Paraíba: em primeiro lugar na área de colheita de goiaba, na quantidade produzida e no valor da produção; primeiro lugar na quantidade produzida de arroz; segundo lugar como produtor de leite de vaca; e segundo lugar na matriz do rebanho ovino (IBGE, 2019).

Não obstante, o portal eletrônico do IBGE traz ainda o retrato do mercado de trabalho da cidade de Sousa de acordo com o último censo realizado. Os dados mostram que, baseando-se nos números de trabalhadores, em 2010, o mercado de trabalho da agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura (4.432 pessoas) só ficou

atrás do comércio, reparação de veículos automotores e motocicletas (6.128 pessoas). A Tabela 1 ilustra essa comparação:

Tabela 1: Número de trabalhadores por setor na cidade de Sousa-PB em 2010.

SETOR DE TRABALHO	HOMENS	MULHERES	TOTAL
Administração pública, defesa e seguridade social	812	577	1.389
Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura	3.633	799	4.432
Água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação	165	64	229
Alojamento e alimentação	422	300	722
Artes, cultura, esporte e recreação	78	49	127
Atividades administrativas e serviços complementares	255	93	348
Atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados	191	79	270
Atividades profissionais, científicas e técnicas	303	187	490
Comércio, reparação de veículos automotores e motocicletas	3.772	2.356	6.128
Construção	1.971	20	1.991
Educação	389	1.219	1.608

Fonte: Elaborada pela autora(CIDADES.IBGE.GOV.BR,2019)

Quanto a isso, vale destacar que muito mudou desde o censo em questão, um dos fatores que podem ter interferido nos números expostos é o projeto de criação do Perímetro Irrigado das Várzeas de Sousa-PB. Tendo em vista que o referido projeto foi inaugurado somente em 2012, durante o Governo de Ricardo Coutinho, e alcançou nesse processo cerca de 178 lotes de pequenos produtores (ocupando de 5 a 10 hectares) e também contou com a participação de algumas empresas como Agroverter, Mocó Agropecuária e Santana Algodoeira (GOMES, 2017; LIMA, 2012).

Dessa forma, percebe-se que a oferta de cursos do IF de Sousa está atrelada a um mercado em potencial na cidade, o que obedece ao estabelecido pela sua lei de criação. O fato é que o investimento na agricultura, junto à formação de profissionais qualificados para o mercado de trabalho pode, conseqüentemente, fortalecer a economia local. Não se esquecendo que pesquisas na área realizadas por meio da instituição podem beneficiar também as técnicas e tecnologias utilizadas no meio.

Sobre isso, os entrevistados pontuam “O IFPB foi uma oportunidade de trabalho pra gente, digo... pra toda a cidade, sabe. ” (Entrevistado F); “Eu acho que o IF deu a chance de entrar no mercado de trabalho pra muita gente, ficou mais fácil depois disso... ter uma formação e tudo mais” (Entrevistado B); “Aqui muita gente trabalha plantando, criando animais... então eu acho que os cursos de lá (IFPB) atendem bem esse perfil” (Entrevistado D).

Portanto, infere-se que a comunidade percebeu os benefícios trazidos pela instituição e, também, para o mercado de trabalho. O fato de verem o IFPB como um gerador de oportunidade de trabalho reafirma o compromisso dos gestores com o real objetivo da educação profissional. Nesse sentido, o fato explicita a importância da descentralização da oferta do ensino técnico no Brasil.

Nesse sentido, destaca-se que a produção de novas técnicas e tecnologias também é mencionado na Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, no Art. 6º. Dessa forma, entende-se que tal adequação a demanda local também visa avançar nas tecnologias por meio do que a lei cita como “soluções técnicas e tecnológicas às demandas sociais e peculiaridades regionais”. Em consonância, outras finalidades citadas no documento vão de encontro a isso:

“[...] VII - desenvolver programas de extensão e de divulgação científica e tecnológica;
VIII - realizar e estimular a pesquisa aplicada, a produção cultural, o empreendedorismo, o cooperativismo e o desenvolvimento científico e tecnológico;
IX - promover a produção, o desenvolvimento e a transferência de tecnologias sociais, notadamente as voltadas à preservação do meio ambiente.” (BRASIL, 2008)

Tendo isso, Neto e Araújo (2020) pontuam que a expansão da oferta de cursos pelo IFPB possui importância, primeiramente a nível social, pois pela sua característica de interiorização (crescimento nos campi do interior) oferece oportunidade de acesso ao ensino para os estudantes dessas cidades ou das circunvizinhas e, acaba por proporcionar isso a pessoas de menor renda que não teriam condições de se deslocarem para cidades de maior porte (em caso de centralização dos cursos). Além disso, outro benefício seria justamente a adequação a produção local o que, para os autores, levou o Campus de Sousa ao destaque. Segundo eles:

“[...] o campus de Sousa se diferencia pelo ineditismo, advindo de seu perfil agrícola, enquanto Escola Agrotécnica, instituição com perfil diferenciado do antigo CEFET, com destaque para a exclusividade em relação à oferta dos cursos de Agropecuária, Medicina Veterinária e Alimentos, o que demonstra que as diferenças entre as instituições integradas para compor o IFPB se realçam em suas formas específicas e registradas no recorte de tempo desta pesquisa.” (p. 17-18)

No que tange a relação do IF de Sousa com a população, economia e trabalho da cidade, algumas informações retiradas do portal eletrônico (editor.ifpb.edu.br), serviram para observar essa existência e suas implicações. Nesse sentido, em uma notícia registrada em 2016, ocorreu a divulgação de um projeto visando a produção do

maracujá de forma agroecológica, com a participação de professores, técnico-administrativos e estudantes. Ainda no mesmo ano, um projeto de extensão que forneceu serviços à comunidade entrou em pauta, através do projeto os moradores da cidade acessaram informações acerca de suplementos alimentares, bem como, serviços de saúde fornecidos por alunos do Campus.

A mesma fonte disponibilizou ainda outras matérias no mesmo sentido. Um projeto sobre conscientização do uso racional de copos descartáveis foi divulgado, a ideia dessa vez surgiu de alunos do curso técnico em Meio Ambiente. Outro destaque informou acerca de um evento promovido com a temática de segurança do trabalho e contou com a presença de alunos e convidados no Campus. No meio de tantas, destaca-se justamente uma notícia que traz ideia de planejamento e ação conjunta do diretor do Campus com a prefeitura da cidade, que reporta:

“O Campus Sousa está para fechar mais uma parceria grande que beneficiará não só a comunidade acadêmica, mas a população como um todo da cidade sertaneja. Reuniões entre o diretor-geral, Eliezer da Cunha Siqueira, e o prefeito de Sousa, André Avelino de Paiva Gadelha Neto, além de outros membros da gestão municipal, tentam definir quais serão as participações de cada lado nos mais variados projetos.” (ifpb.edu.br, 2016)

Com isso, infere-se a existência de ações e projetos promovidos no Campus voltado diretamente para a comunidade e, sobretudo, para o avanço da cidade. Pesquisas envolvendo áreas da agricultura e meio ambiente demonstram ainda mais a proximidade entre a produção do alunado e dos professores com as necessidades locais. Para mais, o fato de eventos voltados a segurança profissional reafirma o real compromisso com a educação profissional de qualidade prestada dentro da instituição. Não obstante a própria comunidade relaciona-se diretamente com as ações promovidas ali, portanto podem experimentar dos benefícios imediatos e, futuramente, das consequências dos demais no desenvolvimento da cidade.

Nesse sentido, as entrevistas verificaram o que isso significa para a comunidade: “É importante pra toda a cidade eu acho... a gente percebe quando eles chegam com um novo projeto o quão importante isso é pra todos” (Entrevistado A); “Eu acho que as pesquisas que eles fazem lá podem ser uma oportunidade de inovar pra gente... que dizer, o tanto de coisas que eles podem trazer de novo” (Entrevistado C).

Como apontado por Barbosa (2017), a cidade de Sousa se destaca na microrregião por bons indicadores socioeconômicos e, concomitante a isso foi percebido o direcionamento de políticas ligadas à qualificação profissional e

fornecimento de crédito aos microempreendedores. O fato é que isto não garante por si só inserção da população no mercado de trabalho, porém representa uma descentralização das políticas públicas na região, proporcionando desenvolvimento em áreas como a educação.

Entende-se, nesse âmbito, o grande impacto benéfico para a região, trazido por meio da educação e da pesquisa realizada na instituição. Não mais centralizando o ensino apenas nas regiões mais desenvolvidas, mas trazidas para o interior do Estado. A frase dita pelo pensador Paulo Freire “Educação não transforma o mundo. Educação muda as pessoas. Pessoas transformam o mundo. ”, portanto, vai de encontro ao exposto. Em outras palavras, a educação foi a ferramenta chave para tais benefícios, um “novo mundo de possibilidades” foi trazido para Sousa junto ao IF.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo buscou, por meio da pesquisa bibliográfica e de recorrentes descrições textuais sobre a Escola agrotécnica de Sousa-PB e sua evolução, entender um pouco mais sobre o crescimento, desenvolvimento e gestão do IFPB Campus Sousa. Com isso, o intuito foi aprofundar-se nos cursos ofertados, na influência dessa oferta para o desenvolvimento socioeconômico da região e outros fatores que permeiam o assunto.

Os cursos de Agroindústria, Agropecuária, Meio Ambiente, Tecnologia em Agroecologia e Alimentos estiveram diretamente ligados com a demanda gerada pelo mercado de trabalho local. Cabe destacar que outros cursos são fornecidos pela instituição, incluindo licenciaturas e bacharelados. Quanto a isso, o Departamento de Educação possui a função de estudar e entender o mercado de trabalho local e da região, para dessa forma pautar a oferta de cursos gerando mão de obra de qualidade.

Foi possível elencar pontos importantes que edificaram a gestão democrática e de qualidade na instituição e incluíram a existência de Conselhos com a participação de membros da comunidade e servidores, a distribuição de encargos para os departamentos que se relacionam com a Direção Geral, a deliberação de funções para o gestor e demais membros da instituição por meio de um regimento interno e a relação entre gestão da instituição e da cidade.

Além de gerar mão de obra de qualidade para a cidade, a instituição proporcionou projetos de extensão e pesquisa que beneficiaram a comunidade, quer seja por meio de ações diretas, pesquisas ou desenvolvimento de tecnologias. Nesse sentido, a descentralização do ensino técnico surtiu efeitos positivos para o local e região, proporcionando a oportunidade de mais pessoas da cidade ou das cidades circunvizinhas ingressarem no ensino profissionalizante e, além disso, também estimulando a economia local.

A princípio esta pesquisa foi pensada com uma abordagem entre o corpo diretivo passado e atual, usando técnicas e metodologias científicas como análise de conteúdo, entretanto em virtude de pandemia vivida no período destinado a coleta, algumas configurações da pesquisa se guiaram por outro caminho, fato que não tirou a riqueza da discussão, nem tampouco o conhecimento a respeito da temática.

A pesquisa revelou como já dito, o universo do vivido além do período que se propôs e trouxe para o conhecimento de todos, como grande é a contribuição da instituição aqui pesquisada. Foi possível um aprofundamento nas práticas de gestão, nas

questões políticas, sociais, econômicas, sobretudo de desenvolvimento humano e profissional que contribuíram, por conseguinte, para toda região e outras beneficiadas, já que é sabido que a oferta desta Instituição não se limita a seu campo.

Além da riqueza de informação esta pesquisa envolveu a história e trouxe a riqueza de um povo, de uma região, e a certeza de que juntos em um objetivo único, é sempre possível promover crescimento em prol de uma coletividade.

O ineditismo característico desse estudo revelou toda sabedoria de um povo, de uma instituição e de objetivos que não surgiram de um ou do nada, trouxe planejamento, envolvimento e realizações que ainda estão acontecendo, muito estar por vir, e essa dissertação traz a certeza de que ainda há muito para contar, muito a desafiar, muito a revelar, e muitos a serem valorizados. Uma história de lutas, conquistas, desafios, inquietações e planejamentos futuros.

O resultado seguiu além de uma análise da literatura acerca do tema, partiu para uma abordagem crítica e servirá inclusive para subsidiar futuras pesquisas, uma vez que gerou fundamentação em relação ao objeto que se estuda. Portanto, sua importância foi de encontro a esta capacidade de produzir conhecimento até mesmo sobre assuntos pouco explorados, levantando hipóteses e visões importantes que resgataram o quanto valioso é a história.

7 REFERÊNCIAS

_____. Lei nº. 8.731, de 16 de novembro de 1993. Transforma as Agrotécnicas Federais em autarquias e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8731.htm> Acesso em: 13/11/2018.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares**. Gestão da educação escolar. Brasília: UnB/CEAD, 2004). Disponível em:< https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf > Acesso em: 13/11/2018.

ANDRADE FILHO, F. C. de. **O tempo esquadrinhado**. Sousa: Edição do Autor, 2017.

BARBOSA, Maria Raquel Conceição. **Microrregião de Sousa-PB: um estudo sobre as condições de geração de emprego e renda**. Monografia (Bacharel em Ciências Econômicas) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2017.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Tradução Luís Antero Reto/ Augusto Pinheiro. 1 ed. 3ª reimp. São Paulo: Edições 70, 2016.

BOMENY, Helena. A educação no segundo governo Vargas. **cpdoc.fgv.br**, 2008. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas2/artigos/EleVoltou/Educacao>. Acesso em: 18/01/2021.

BORDINGNON, G.; GRACINDO, R. V. Gestão da educação: o município e a escola. In: FERREIRA, N. S. C. e AGUIAR, M. A. da S. (orgs.). **Gestão da educação: impasses, perspectivas e compromissos**. S. Paulo: Cortez, 2000.

BOUTIN, Aldimara Catarina Brito Delabona; SILVA, Karen Ruppel da. As reformas educacionais na Era Vargas e a distinção entre o trabalho manual e o trabalho intelectual. In: **EDUCERE: XII Congresso Nacional de Educação**, PUCPR. 2015

BRASIL. Decreto nº 2.208, de 17 de abril de 1997. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 42 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, 17 de abril de 1997.

BRASIL. Decreto nº 5.154 de 23 de julho de 2004. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências. Brasília, 23 de julho de 2004.

BRASIL. Decreto nº 8.243, de 23 de maio de 2014. Institui a Política Nacional de Participação Social - PNPS e o Sistema Nacional de Participação Social - SNPS, e dá outras providências. Brasília, 23 de maio de 2014.

BRASIL. Decreto nº 9.759, de 11 de abril de 2019. Extingue e estabelece diretrizes, regras e limitações para colegiados da administração pública federal. Brasília, 11 de abril de 2019.

BRASIL. LDB : Lei de diretrizes e bases da educação nacional. – Brasília : Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2017. 58 p.

BRASIL. Lei nº 13.005/2014. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Brasília, 25 de junho de 2014.

BRASIL. Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Brasília, 29 de dezembro de 2008.

BRASIL. Lei nº 12.513, de 26 de outubro de 2011. Institui o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec); altera as Leis nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, que regula o Programa do Seguro-Desemprego, o Abono Salarial e institui o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), nº 8.212, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre a organização da Seguridade Social e institui Plano de Custeio, nº 10.260, de 12 de julho de 2001, que dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior, e nº 11.129, de 30 de junho de 2005, que institui o Programa Nacional de Inclusão de Jovens (ProJovem); e dá outras providências. Brasília, 26 de outubro de 2011.

BRASIL. Lei nº 12.816, de 5 de junho de 2013. Altera as Leis nºs 12.513, de 26 de outubro de 2011, para ampliar o rol de beneficiários e ofertantes da Bolsa-Formação Estudante, no âmbito do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego - PRONATEC; 9.250, de 26 de dezembro de 1995, para estabelecer que as bolsas recebidas pelos servidores das redes públicas de educação profissional, científica e tecnológica, no âmbito do Pronatec, não caracterizam contraprestação de serviços nem vantagem para o doador, para efeito do imposto sobre a renda; 8.212, de 24 de julho de 1991, para alterar as condições de incidência da contribuição previdenciária sobre planos educacionais e bolsas de estudo; e 6.687, de 17 de setembro de 1979, para permitir que a Fundação Joaquim Nabuco ofereça bolsas de estudo e pesquisa; dispõe sobre o apoio da União às redes públicas de educação básica na aquisição de veículos para o transporte escolar; e permite que os entes federados usem o registro de preços para a aquisição de bens e contratação de serviços em ações e projetos educacionais. Brasília, 5 de junho de 2013.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, 20 de dezembro de 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituições da Rede Federal. **portal.mec.gov.br**, 2018. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/rede-federal-inicial/instituicoes>. Acesso em: 18/01/2021.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituições da Rede Federal. **portal.mec.gov.br**, 2018. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/rede-federal-inicial/instituicoes>. Acesso em: 18/01/2021.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA CONSELHO SUPERIOR. Resolução nº 274, de 10 de outubro de 2014. Dispõe sobre a Aprovação do Regimento Interno do Campus Sousa do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba. 10 de outubro de 2014.

BRASIL. Senado Federal. **Constituição Federativa do Brasil**: texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações determinadas pelas Emendas Constitucionais de Revisão n os 1 a 6/94, pelas Emendas Constitucionais n os 1/92 a 91/2016 e pelo Decreto Legislativo n o 186/2008. – Brasília: Coordenação de Edições Técnicas, 2016.

CICONELLO, Alexandre. A participação social como processo de consolidação da democracia no Brasil. **From poverty to power**, 2008.

COSTA, Márcio de Souza. Expansão da rede federal de educação profissional e tecnológica: estudo de caso no IFS. In: CHAVES, Elisângela André de Oliveira et al. (Orgs.). Gestão pública: a visão dos técnicos administrativos em educação das universidades públicas e institutos federais - v. 2. Salvador: **Pontocom**, 2015. p. 149-158.

CUNHA, Luiz Antônio. Ensino médio e ensino técnico na América Latina: Brasil, Argentina e Chile. **Cadernos de pesquisa**, n. 111, p. 47-69, 2000.

DANTAS, J. R. **Os quarenta anos da Escola Agrotécnica Federal de Sousa – Paraíba**. Sousa: Edição do autor, 1995.

FERNANDES, Luciane Alves; GOMES, José Mário Matsumura. Relatórios de pesquisa nas ciências sociais: características e modalidades de investigação. **ConTexto**, v. 3, n. 4, 2003.

FRIGOTTO, G. CIAVATTA, M.; RAMOS, M. A GÊNESE DO DECRETO N. 5.154/2004 um debate no contexto controverso da democracia restrita. **Trabalho Necessário**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 3, 2005.

GOHN, Maria da Glória. Conselhos gestores e gestão pública. **Ciências Sociais Unisinos**, v. 42, n. 1, p. 5-11, 2006.

GOMES, Francisco Vinicius Ferreira. O sentido social das políticas públicas de irrigação na atualidade: reflexões a partir da análise do perímetro irrigado das várzeas de Sousa- pb.. Anais III WIASB... Campina Grande: **Realize Editora**, 2017. Disponível em: <<https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/39064>>. Acesso em: 20/01/2021.

INSTITUIÇÃO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA PARAÍBA (IFPB). Notícias-Sousa. editor.ifpb.edu.br. Disponível em: <http://editor.ifpb.edu.br/campi/sousa/noticias-sousa>. Acesso em: 20/01/2021

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE) Censo Demográfico: Diretoria de Pesquisas – DPE, Coordenação de População e Indicadores Sociais – COPIS, dados de 2010- 2019, 2019. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pb/sousa/panorama>.

INSTITUTO FEDERAL DA PARAÍBA (IFPB). IFPB Campus Sousa completa 65 anos de história. www.ifpb.edu.br, 2020.

INSTITUTO FEDERAL DA PARAÍBA (IFPB). Portal do Estudante. estudante.ifpb.edu.br, 2019. Disponível em: <https://estudante.ifpb.edu.br/cursos/campus/3/>. Acesso em: 20/01/2021

KUENZER, A. Z. **Ensino de 2º grau**: o trabalho como princípio educativo. 2 ed. São Paulo: Cortez, 1992.

LE GOFF, Jacques. **Historia e memória**. 4 ed. São Paulo: UNICAMP, 1996.

LIMA, F. V. **O projeto de irrigação Várzeas de Sousa - ações e contradições do novo modelo agrícola de sertão da Paraíba**. 2012. 197 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Centro de Ciências, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2012.

LIMA, Francisco Valdenir *et al.* O sertão paraibano na pauta do discurso: da desesperança a formação de um lócus produtivo. **Informativo Técnico do Semiárido**, v. 8, n. 1, p. 12-23, 2014.

LIMA, Paulo Gomes; ALMENARA, Gilsemara Vasques Rodrigues; SANTOS, Jociane Marthendal Oliveira. Conselhos municipais de educação: participação, qualidade e gestão democrática como objeto de recorrência. **Revista Diálogo Educacional**, v. 18, n. 57, p. 326-347, 2018.

LIMA, Telma Cristiane Sasso de; MIOTO, Regina Célia Tamasso. Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: uma pesquisa bibliográfica. **Rev. katálysis**, Florianópolis, v. 10, n. spe, p. 37-45, 2007. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-49802007000300004&lng=en&nrm=iso>. acesso em 22 de janeiro de 2021. <https://doi.org/10.1590/S1414-49802007000300004>.

LÜCK, Heloísa *et al.* Dimensões da gestão escolar e suas competências. **Curitiba: Editora Positivo**, v. 1, 2009.

LÜCK, Heloísa. Concepções e processos democráticos de gestão educacional. 2 ed. Petrópolis: **Vozes**, 2007.

MARQUES, Luciana Rosa. Democracia radical e democracia participativa: contribuições teóricas à análise da democracia na educação. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 29, n. 102, pág. 55-78, abril de 2008. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302008000100004&lng=en&nrm=iso>. acesso em 15 de janeiro de 2021. <https://doi.org/10.1590/S0101-73302008000100004>.

MARTINS, Marcos Francisco. Ensino Técnico e Globalização: cidadania ou submissão? Campinas, SP: **Autores Associados**, 2000. Coleção polêmicas do nosso tempo, v. 71.

MINAYO, MC.S. *et al.* **Pesquisa social**: teoria método e criatividade. Rio de Janeiro: Vozes, 2007.

MOITA, F. M. G da S. C; ANDRADE, F. C. B de. Ensino-pesquisa-extensão: um

exercício de indissociabilidade na pós-graduação. In: **REVISTA BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO**. Rio de Janeiro, v. 4 n. 41. maio/ago. 2009. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v14n41/v14n41a06.pdf>>. Acesso em: 13/11/2018.

NETO, Antônio Cabral; ARAÚJO, Maize Sousa Virgolino de. Expansão da educação superior no instituto federal de educação, ciência e tecnologia da paraíba: os delineamentos no período 2008-2015. **HOLOS**, v. 4, p. 1-21, 2020.

OLIVEIRA, D. A. A reestruturação do trabalho docente: precarização e flexibilização. In: Educação e Sociedade, Campinas – SP, v. 25, n. 89, p. 1127-1144, Set/Dez. 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v25n89/22614.pdf>> Acesso em: 13/11/2018.

PARANÁ. Secretaria de Educação. Gestão em Foco. Paraná, 2018. Disponível em: http://www.gestaoescolar.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/gestao_em_foco/gestao_escolar_democratica_unidade1.pdf. Acesso em: 18/01/2021.

PARO, V. H. **Administração escolar**: introdução crítica. 14. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

PERINI, C. M. F. **Conselho de escola**: limites e possibilidades da gestão democrática. Araraquara-SP: Unesp, 2007. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual Paulista Júlio Mesquita, Campus de Araraquara. Disponível em: <http://www.fclar.unesp.br/agenda-pos/educacao_escolar/1080.pdf> . Acesso em: 13/11/2018.

SOUSA, A. G. ; BERALDO, T. M. 2009. **Cursos de Licenciatura em Ciências Naturais nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia**. Disponível em: <http://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2009/1920_1102.pdf> Acesso em: 13/11/2018.

SOUZA, Ângelo Ricardo de; PIRES, Pierre André Garcia. As leis de gestão democrática da Educação nos estados brasileiros. **Educar em Revista**, v. 34, n. 68, p. 65-87, 2018.

TEIXEIRA, Ana Claudia Chaves. **Para além do voto: uma narrativa sobre a democracia participativa no Brasil (1975-2010)**. 2013. 160 p. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP. Disponível em: <<http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/280537>>. Acesso em: 22 ago. 2018.

VIEIRA, Ana Elisa Ribeiro; BUSSOLOTTI, Juliana Marcondes. **GESTÃO ESCOLAR. Interação-Revista de Ensino, Pesquisa e Extensão**, v. 20, n. 1, p. 45-70, 2018.

APÊNDICES

APÊNDICE I ROTEIRO SEMIESTRUTURADO

- 1- Importância de um gestor preparado.

- 2- Importância da existência de um Órgão Colegiado e da participação da população junto a instituição.

- 3- Importância do IFPB para Sousa e seus moradores.

- 4- Relação dos cursos ofertados ao mercado de trabalho da cidade.

- 5- Significado de gestão democrática.

APÊNDICE II
ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA

- 1- Qual a importância de um gestor preparado?

- 2- Qual a importância da existência de um Órgão Colegiado e da participação da população junto a instituição?

- 3- Qual a importância do IFPB para Sousa e seus moradores?

- 4- Na sua opinião existe relação dos cursos ofertados com o mercado de trabalho da cidade?

- 5- Qual o significado de gestão democrática?

Obrigada pela participação!